



DIREITO CONSTITUCIONAL

 **Estratégia**
OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso 2º Simulado Online para a **2ª fase do XXXVI Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 03.12.22), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital XXXVI Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,00 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*
3. *Um ótimo simulado a todos. ;)*



**FALE COM
A GENTE!**



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Município Beta, situado no Estado Y, devido ao crescimento do comércio, passou a receber um maior de turistas. Diante do intenso fluxo de carros e acidentes ocasionados, visando evitar o agravamento desse quadro, a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 0101/2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nas vias urbanas e proíbe os menores de 10 (dez) anos de viajar nos bancos dianteiros dos veículos.

E ainda, proíbe o transporte remunerado de passageiros por meio do uso de aplicativos, objetivando diminuir a quantidade de carros nas ruas. A justificativa utilizada foi que a Lei Orgânica local dispõe sobre a necessidade de garantir a segurança dos usuários no trânsito.

O Partido Político União, que somente conta com representantes na Câmara dos Deputados, entendeu que a Lei nº 0101/2020 seria dissonante de comandos estruturais da Constituição da República Federativa do Brasil.

Considerando a situação narrada, na condição de advogado (a) do partido político União, utilizando-se do instrumento constitucional adequado, elabore a medida judicial cabível.

(Valor: 5,00) Obs: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A Lei nº 222, promulgada em 1985, possui todos os dispositivos em consonância material e formal com a Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/1969. Porém, o STF constatou, em sede de recurso extraordinário, que depois da atuação do Poder Constituinte Originário, que deu origem à Constituição de 1988, o art. 1º da mencionada Lei deixou de apresentar suporte material na atual ordem Constitucional. Considerando essa situação hipotética, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) É possível afirmar que o STF fez o juízo de constitucionalidade pelo controle difuso?
- b) Com relação à Constituição anterior, seria possível aplicar o fenômeno da desconstitucionalização?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Em 2020, uma pandemia assombrou o mundo. Como tentativa de parar o vírus altamente contagioso algumas medidas foram tomadas, como a decretação do Estado de Calamidade Pública em âmbito federal. O seu reconhecimento objetiva autorizar ao presidente que ultrapasse os limites previstos nas previsões orçamentárias e desobedeça às metas fiscais para custear ações emergenciais de combate à pandemia. Diante da situação, o Ministro da Saúde e os Governadores de estados tomaram diversas providências de caráter excepcional. Muitas das medidas atingem direitos fundamentais, como o direito de reunião e o de locomoção, visto a necessidade de isolamento e a chamada quarentena.

- a) É possível afirmar que as medidas citadas que atingem direitos fundamentais estão eivadas de inconstitucionalidade?
- b) Os direitos fundamentais, a exemplo do direito reunião e da liberdade de locomoção, se revestem de caráter absoluto?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Após muita discussão e pressão da sociedade sobre brechas nos tipos penais existentes, o Presidente da República dispôs, mediante decreto, acerca da criação de um novo tipo penal. O Congresso Nacional, entendendo que o Decreto é inconstitucional resolveu tomar uma medida para impedir a criação do novo tipo penal.

a) Qual a medida a ser adotada pelo Congresso Nacional?

b) É possível afirmar que o Presidente da República pode criar um novo tipo penal por meio da edição de medida provisória?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Preocupado com a concorrência de eletrodomésticos produzidos nos Estados Unidos e com o saldo da balança comercial, o Presidente da República, no dia 2 de maio, editou medida provisória determinando o aumento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos provenientes daquele país. Entretanto, passados 30 (trinta) dias, o Congresso Nacional rejeitou a medida provisória, não a convertendo em lei. Com base no caso acima, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que, após a rejeição, a medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias?
- b) Com a perda da eficácia da medida provisória, é possível que o Presidente da República, mediante relevância e urgência, venha a reeditá-la na mesma sessão legislativa?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

